

Terra, trabalho e café: as experiências de liberdade a partir das memórias dos descendentes de libertos, no sul do Espírito Santo c.1888 - c.1940

Robson Luís Machado Martins¹ 

Land, work and coffee: experiences of freedom from the memories of descendants of freedmen, in the south of Espírito Santo c.1888 - c.1940

Tierra, trabajo y café: experiencias de libertad a partir de la memoria de descendientes de libertos, en el sur de Espírito Santo c.1888 - c.1940

Resumo

Neste artigo analisamos as estratégias de sobrevivência dos libertos, na região rural do sul do Estado do Espírito Santo, por meio do depoimento oral dos seus descendentes. Destacamos a reorganização do trabalho após abolição do cativeiro, em 13 de maio de 1888: as possibilidades de os libertos terem acesso à terra; o trabalho familiar; os seus movimentos de migração, dada a mobilidade da mão de obra, na região e a estrutura fundiária caracterizada pela produção da monocultura do café para o mercado externo que suportou a crise após a mudança no regime de trabalho e manteve seu ritmo de crescimento de acordo com as suas especificidades regionais.

Palavras-chave: *Memória do cativeiro; Economia cafeeira; Pós-emancipação; Espírito Santo.*

¹ Doutorado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-Doutorado realizado no Programa de Pesquisador de Pós-Doutorado do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil. E-mail: ceb.robson@gmail.com.

Abstract

In this article we analyze the survival strategies of the freedmen, in the rural region of the south of the State of Espírito Santo, through the oral testimony of their descendants. We highlight the reorganization of work after the abolition of captivity, on May 13, 1888: the possibilities for freed people to have access to land; family work; their migration movements, given the mobility of labor in the region and the land structure characterized by monoculture coffee production for the foreign market it withstood the crisis after the change in the work regime and even maintained its growth rate in accordance with its regional specificities.

Keywords: *Memory of captivity; Coffee economy; Post-emancipation; Espírito Santo.*

Resumen

En este artículo analizamos las estrategias de supervivencia de los libertos, en la región rural del sur del Estado de Espírito Santo, a través del testimonio oral de sus descendientes. Destacamos la reorganización del trabajo tras la abolición del cautiverio, el 13 de mayo de 1888: las posibilidades de que los liberados tuvieran acceso a la tierra; trabajo familiar; sus movimientos migratorios, dada la movilidad laboral en la región y la estructura agraria caracterizada por la producción de monocultivos de café para el mercado externo resistió la crisis tras el cambio de régimen laboral e incluso mantuvo su tasa de crecimiento de acuerdo con sus especificidades regionales.

Palabras clave: *Memoria del cautiverio; Economía cafetalera; Post-emancipación; Espírito Santo.*

Se todo mundo tem o seu, gente cadê o meu.
Eu não sou daqui eu não sou deste lugar.
Vamos fazer a noite serenar.
A noite já serenou eu tenho certeza de mim
que aqui não vou ficar (Paulo Vicente Machado, *Verso de jongo*, 1992).

Introdução

Após a derrubada da monarquia, em 15 de novembro de 1889, o novo regime não implementou mecanismos capazes de promover o progresso social da maioria da população excluída da sociedade, no regime anterior; pelo contrário, ainda acumulou novas injustiças. Os 723.419 escravizados existentes, em 1888, não foram objeto de qualquer ação de indenização, seja direta ou indireta, como a doação de um lote de terra poderia representar. Cabe-nos destacar que deste total pouco mais de 65% estavam concentrados nas quatro províncias da região sudeste do “Império da Brazil”: Minas Gerais que possuía o maior número de escravizados com (191.952); seguida do Rio de Janeiro com (162.421); São Paulo com (107.329) e a província do Espírito Santo, em nono lugar com (13.381). Desse total (6.965), ou seja, 51.9% encontrava-se no município de Cachoeiro de Itapemirim, maior centro produtor de café à época e que tinha como freguesias: S. Pedro de Alcântara do Rio Pardo: atual município de Iúna; N.S. da Penha do Alegre: Alegre; S. Miguel do Veado: Guaçuí; S. Pedro do Itabapoana: Mimoso; N.S. da Conceição do Aldeamento Affonsino: Conceição do Castelo (Martins, 2021, p. 68-144).

Contudo, ao contrário do que aconteceu nas demais regiões cafeeiras do sudeste escravista, a “transição para o trabalho livre”, no estado do Espírito Santo, se fez com a existência de várias terras devolutas. Com isso, houve a possibilidade de boa parte das famílias de libertos, no 13 de maio de 1888, terem acesso à terra, mesmo que temporário, porque era grande a quantidade de terras desocupadas nas áreas de fronteira de expansão das lavouras de café. Em 1888, apenas 15% das terras haviam sido apropriadas, sendo as 85% restantes terras devolutas de propriedade do Estado (Rocha, 1983, p. 42).

Tendo já se passado quase uma década após a abolição, Muniz Freire, governador à época, em mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo, em 1896, ressaltou que mais da metade das terras do Estado ainda estavam: “*por se povoar e cultivar*”:

Da margem norte do Rio Doce ao Mucury há uma superfície talvez de quinhentas léguas quadradas cobertas de matas virgens, interrompidas apenas pela fazenda dos Aimorés [indígenas] e pela colônia de Nova Venécia, no alto São Mateus; do Rio Doce ao Itabapoana, onde se acham os Municípios mais povoados, encontra-se ainda no interior áreas imensas. E são terras férteis, que, com exceção de um ou outro pequeno trecho, [...] disputam entre si as primazias da qualidade (Muniz Freire *Apud* Saletto, 1996, p. 116).

Essas terras eram em grande parte regiões desabitadas, ou muito pouco povoadas, tão boas para o café quanto as melhores do Estado, segundo Muniz Freire, quem organizou o serviço de terras e colonização e promulgou a primeira legislação Estadual de terras do Espírito Santo². A historiadora capixaba Saletto (1996, p. 121), argumentou que na ação positiva do Estado era uma constante a preocupação com o povoamento como fator de desenvolvimento econômico e fonte de mão de obra. Atrair imigrantes estrangeiros e nacionais, estimular a ocupação de regiões ainda desabitadas, aumentar a produção agrícola e ampliar a força de trabalho, eram as motivações da política governamental.

Entretanto, para Almada (1993), outra representante da historiografia capixaba, o acesso à terra não era tão simples assim como se poderia supor, pelo menos, para o grupo dos trabalhadores, egressos do trabalho forçado e seus descendentes:

As exigências para compra de um lote colonial feitas pelo Estado – ou seja, atestado de idoneidade moral expedido pelo delegado de polícia, autorização para medição dos lotes dada pelos confrontantes da terra requerida, e exigência de pagamento em dinheiro, ainda que em prestações – deixam

2 Estado do Espírito Santo, Lei nº 4 de junho de 1892. Dá regulamento ao Serviço de Terras e Colonização, Vitória, 1907.

entrever mecanismos de discriminação racial, posto que dificilmente, *no início do século XX, um ex-escravizado ou seu descendente, preto ou mulato*, [grifo nosso] encontraria meios de obter dinheiro, crédito, aquiescência de vizinhança, e, principalmente, quem atestasse sua idoneidade moral (Almada, 1993, p. 151).

Mesmo havendo uma enorme quantidade de terras a serem ocupadas no Espírito Santo, ao que tudo indica, isso não era facilitado para a maioria dos libertos e seus descendentes, tendo em vista o componente de discriminação racial. O legado desta história foi uma constante instabilidade nas relações de trabalho formais no campo, como também a marginalização social para boa parte dos ex-escravizados e de seus descendentes, marcada por uma luta quase que constante por espaços de poder e autonomia face ao grupo de grandes, médios e até de pequenos proprietários, rurais brancos. Trabalhamos com a hipótese de que as relações de trabalho no campo se tornaram cada vez mais conflituosas, tal como nos revelou um de nossos entrevistados.

[...] Eu quando me entendi por gente, eu já era rapaz e tudo, ouvi falar desse tal de cativo! Depois que a princesa libertou os escravos os brancos queriam fazer os pretos de escravo de novo. Porque muitos contavam que de primeiro, nós pretos é que éramos os escravos e então aí os escuros (negros), eram muito sacrificados.

- Você já ouviu falar nisso?

- Já, eu já ouvi falar sim.

- Então aí os escuros eram mais sacrificados e os brancos tinham um 'receiosinho' e os pretos eram sacrificados, assim eu ouvi dizer. Mas pra gente aquilo hoje já acabou tudo, mas por aqui tem lugar que negro não pode facilitar não por que os camaradas brancos querem fazer o coitado do sujeito de escravo de novo, não é rapaz. Não pode abaixar não porque senão você já viu né...³.

3 Entrevista realizada, em Alegre, em outubro de 1994. Entrevistado: Sebastião Antônio Tibúrcio, nascido no Córrego dos Felipes - Alegre, em 1936. Entrevistador: Robson Luís Machado Martins.

As palavras do senhor Sebastião Antônio Tibúrcio são reveladoras do quanto o estigma dos escravizados, mas para ser preciso, o *estigma de cor*, acompanhou várias gerações dos nascidos após o 13 de maio de 1888. O nível de tensão nas relações de trabalho no campo, envolvendo brancos e negros, se agravou ainda mais após essa data e acompanhou a população negra por várias gerações, como o depoimento revela. Porém, com a possibilidade dos negros livres e libertos terem um mínimo de controle sobre o destino de suas vidas e garantirem sua sobrevivência por meio da posse de terra, mesmo que temporariamente, para o cultivo do café, tendo como base o domínio das roças para subsistência, não tão somente para manter sua reprodução física, como também escapar da dependência quase que absoluta do mercado e dos grandes proprietários rurais da época, que no campo teórico poderíamos definir como uma *economia moral da gente comum* (Thompson, 1998, p. 167). O senhor Sebastião Antônio Tibúrcio afirma: “[...] Ah rapa. Tudo trabalhava na roça, [...] colhia bastante milho, feijão..., mas sempre pra despesa né, pra comer”⁴.

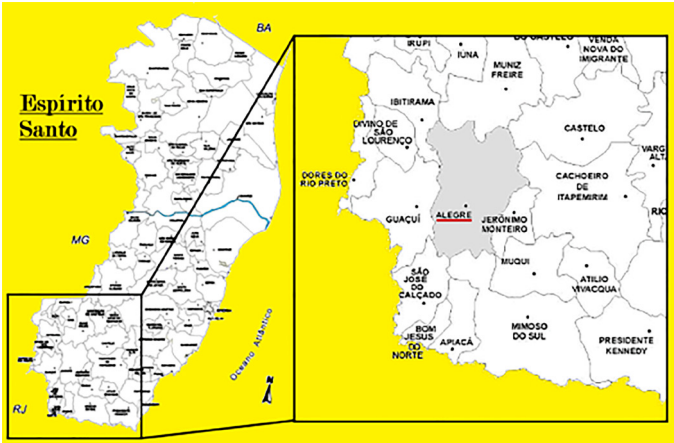
As evidências: “... é, isso é do tempo dos cativos, meu filho, disso eu alembro”

Na totalidade dos relatos orais que coletamos, as informações sobre o modo de vida no campo, na virada do século XIX e, sobretudo nas três primeiras décadas do XX, dadas por agricultores negros, descendentes de libertos, nascidos no sul do estado do Espírito Santo (Mapa-1), há indicações de uma forte tendência desses trabalhadores dependerem o mínimo possível do mercado, no qual a sua ligação mais direta era por meio da comercialização do café⁵. Também devemos ressaltar que nesse período, via de regra, era comum em várias regiões do país a restrição ao acesso à terra aos trabalhadores livres, independentemente de sua origem social, tema de estudo que se tornou um clássico da literatura nacional (Martins, 1979).

4 Entrevista realizada, em Alegre, em outubro de 1994. Entrevistado: Sebastião Antônio Tibúrcio nascido, no Córrego dos Felipes - Alegre em 1936. Entrevistador: Robson Luís Machado Martins.

5 Entrevistas realizadas por meio dos recursos disponibilizados pela (Ford Foundation), para realização de trabalho de campo, no Sul do Espírito Santo, após conquista de Concurso de Dotações para “Pesquisa sobre o Negro no Brasil”, junto ao Centro de Estudos Afro-Asiáticos, nas edições de 1994 e 1998.

Mapa 1 – Localização Geográfica: Região Sul Estado do Espírito Santo.



Fonte: acervo IHGA – Instituto Histórico e Geográfico de Alegre (IDAF – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo), 2009.

Nós também acreditamos na hipótese de que, para o governo republicano do Espírito Santo, era imperativo ver as terras ocupadas por quem quer que fosse – sobretudo nos limites das regiões centro-oeste – do que perdê-las para o estado de Minas Gerais, que durante todo o século XIX, tentou anexar partes do território desocupado pertencente ao governo capixaba, nos limites com o centro-sul. Porém, certamente os grandes proprietários do sul tinham influência política; e com isso teriam preferido permitir ou até mesmo contribuir para com a ocupação das terras do centro-oeste e não facilitar a migração para lá dos ex-escravizados, porque assim não ficariam sem sua mão de obra.

Nos depoimentos coletados por nós com descendentes de libertos, nascidos nas primeiras décadas do século XX, na região rural do sul do Espírito Santo, há evidências de vários dos mecanismos que demonstram a tentativa de escapar ao domínio dos grandes proprietários rurais, por exemplo: o controle do próprio tempo de trabalho por meio das migrações sazonais ou até mesmo a organização do trabalho familiar, sempre comandado pelo chefe – pai da família o que teria ficado guardado como significativo, em suas memórias (Bosi, 1978).

D. Amélia Gonçalves, filha de ex-escravizados do sul do Espírito Santo, nascida em Guaçuí, em 1914, e que também descendia de “retirantes cearenses”, aqueles que migraram no contexto das terríveis secas de 1877/1878, que atingiu a região nordeste do Brasil, nos fornece alguns detalhes sobre as estratégias de sobrevivência dos libertos.

[...] - Eu lembro que meu avô pai do meu pai, porque ele [pai] nasceu na Fazenda do Castelo e ele [avô], foi escravo lá em Ouro Preto [Minas Gerais] de lá é que ele foi comprado pra vir aqui pra Fazenda do Castelo [no atual Município de Guaçuí, antiga Freguesia São Miguel do Veado pertencente ao município de Cachoeiro de Itapemirim, no Sul do Estado, na divisa com Minas Gerais]. Nessa fazenda ele viveu bastantes anos e [...] quando acabou o cativeiro, cada um tinha ‘ventre livre’ né..., aí era liberado né..., aí o senhor Roberto [fazendeiro] deu 30 mil Réis pro meu avô, 30 patacas pro meu avô e falou com ele a gora que acabou o cativeiro ninguém mais é escravo, você vai ter os seus filhos e eles serão seus. Aí o meu avô comprou um terreno e se mudou pra Guaçuí, para um lugar chamado Monte Vidéo e fez o sítio dele, lá ele viveu bastantes anos até morrer, o pai do meu pai. - Lá ele morava com a família, meu avô tinha uma imensidão de terras e ali morava com os filhos, foi lá que eu nasci em 1914, morava meu pai que era Evêncio Moisés Gonçalves, meu tio Faustino, morava meu tio Firmo, tia Rita todos moravam nesse sítio. - Lá vocês plantavam o quê? - Ah! lá a gente plantava mandioca, feijão, milho, café, a força maior era o café⁶.

A riqueza de detalhes no depoimento de d. Amélia nos evidencia a busca de autonomia por parte dos libertos, que pode ser identificada pela mobilidade espacial, na tentativa de encontrar melhores condições de trabalho ou por meio do acesso ao seu próprio “pedacinho” de terra o que, de fato, o depoimento acaba por nos

⁶ Entrevista realizada em Alegre, outubro de 1992. Entrevistador: Robson Luís Machado Martins. Entrevistada: Amélia Gonçalves, nascida em 1914, em Guaçuí Espírito Santo. Essa senhora veio a falecer, em janeiro de 1996.

revelar. É um depoimento único, contudo, trabalhamos a partir da perspectiva teórica de que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva (Halbwachs, 1990, p. 51).

As palavras de d. Amélia expressam a sua própria visão de mundo e a de seus antepassados, criada a partir de relações paternalistas com seus antigos senhores, na segunda metade do século XIX, nas ricas fazendas produtoras de café da região sul capixaba. É um registro único, porém, o seu caráter excepcional apresenta-se como revelador de aspectos importantes e comuns dos indivíduos que viveram à época narrada por ela. O documento excepcional pode resultar excepcionalmente ‘normal’ exatamente porque é relevante (Grend, 1977, p. 512), para a gente comum e contribui para entendermos a complexidade das relações sociais, em um contexto de opressão como o demarcado pela relação senhores x escravizados e seus descendentes, no Brasil da segunda metade do século XIX e início do XX. Por outro lado, por meio do recurso da utilização de documentos de diversas naturezas procuramos obter um olhar mais completo sobre o mesmo objeto (Ginzburg; Poni, 1989, p. 169-178).

Há também outro ponto relevante para nós: a existência de uma comunidade de libertos formada por membros de uma mesma família. Nessa comunidade só o café era vendido, e o resto: “o milho, feijão, arroz que a gente também plantava era pra casa, pra família mesmo”⁷. O que representava a existência de uma economia de subsistência para a unidade camponesa como já observado por nós, no início. D. Amélia ainda acrescenta:

[...] Antigamente não tinha esse negócio que tem hoje, o pessoal tudo o que colhe vende, antigamente a gente guardava feijão pro ano todo, milho pro ano todo, criava porco, criava galinha. Meu avô tinha pasto, tinha égua reprodutora, tinha cavalo, uma imensidade de córregos.

- E foi esse avô da senhora que havia sido escravo?

- É.... foi esse sim ele foi escravo, o pai do meu pai.

⁷ Entrevista realizada em Alegre, outubro de 1992. Entrevistador: Robson Luís Machado Martins. Entrevistada: Amélia Gonçalves, nascida em 1914, em Guaçuí Espírito Santo. Essa senhora veio a falecer, em janeiro de 1996.

Possivelmente, o senhor que comprou o pai de d. Amélia teria comprado também os seus outros irmãos, ou estes se juntaram e foram morar no mesmo lugar, após a abolição do trabalho forçado, mantendo as relações familiares constituídas ainda no tempo do cativo, na Fazenda do Castelo que, de acordo com a mesma: “Eu até esqueci o nome, mas era da família dos Aguiar e nessa fazenda eles ficaram, mas já não eram escravos mais, eles trabalhavam de empreitada e trabalhando lá eles ganharam dinheiro e depois compraram um sítio em Guaçuí.”

Os senhores: José de Aguiar Vallin e Antônio Ourique de Aguiar, desbravadores e primeiros proprietários de grandes extensões de terra, em Guaçuí, eram irmãos do abastado senhor de trabalhadores escravizados, Manoel de Aguiar Vallin, na segunda metade do século XIX, em Bananal, no Vale do Paraíba Paulista (Castro; Schnoor, 1995, p. 75). A presença da família Aguiar Vallin, nesta região, demonstra a expansão das fortunas formadas, ainda na primeira metade do século XIX, com a concentração da propriedade de escravizados e da produção do café com o objetivo de atender o mercado internacional, para áreas de fronteira aberta, representada aqui pela região sul da província do Espírito Santo. Que também teria recebido fazendeiros de famílias tradicionais do vale do paraíba fluminense como também da zona da mata sul mineira.

A referida fazenda “Castelo”, à época da narrativa de d. Amélia, era uma das maiores da região do Vale do Itabapoana, localizada no município de São José do Calçado, limítrofe com o município de Guaçuí, nos oferece exemplo significativo da “pujança” das grandes propriedades cafeeiras do vale do Itabapoana: em 1929 a fazenda “Castelo”, de propriedade dos herdeiros de Américo Aguiar, como de fato nos lembrou a própria d. Amélia, possuía 280.000 cafeeiros e produziu, na safra de 1928/29, 651 toneladas de café (43.400 arrobas), o que equivale a 155 arrobas por 1.000 pés de café. De acordo com Almada (1993, p. 62) se considerarmos que, em 1920, a média de toneladas por estabelecimento na região do Itabapoana era de 7,3 toneladas e que no ano agrícola de 1926/1927 a produtividade média por mil pés de café, no Espírito Santo, era 39,5 arrobas, mais expressivas se tornam as cifras identificadas na fazenda “Castelo”.

Em seu depoimento, d. Amélia nos fornece indícios de que os libertos abandonaram as fazendas, mas não teriam saído da região, nos dando conta de que o cenário de decadência quase absoluta, provocado pelo fim do trabalho realizado por escravizados, foi localizado em algumas regiões específicas do sudeste cafeeiro, combinado a outros fatores, como esgotamento do solo, dentre outros e não tão somente pela falta de mão de obra para o trabalho nas lavouras.

Em São Pedro do Itabapoana, freguesia caracterizada por concentrar as maiores propriedades da região, como veremos adiante, e que também foi a primeira a libertar totalmente os seus escravizados, meses antes do 13 de maio de 1888, em poucos dias após a extinção do trabalho forçado, já era verificado que as lavouras sofriam pela falta de braços em consequência dos libertos dali terem se deslocado para outras áreas. Na colheita de café da safra de 1888, já havia sido verificado que das mais de 500 mil arrobas que exportava, não exportaria mais de 200, por falta de braços para fazer o seu beneficiamento naquele ano, enfim, os produtos estavam a se deteriorar nos pés⁸. Mas foi por pouco porque, São Pedro do Itabapoana, como as demais freguesias do município de Cachoeiro de Itapemirim conseguiram se adaptar aos novos tempos e retomar seu ritmo de crescimento.

Reiteramos que temos razões para crer que se a catástrofe ocorreu, ela foi localizada e não representou a regra, porque passada a euforia das comemorações do 13 de maio, na província do Espírito Santo, os libertos trataram de reorganizar suas vidas e voltar à dura rotina do trabalho no campo, pelo menos na região sul (Martins, 2005). Lá eles demarcaram, através das disputas com a elite agrária regional, o seu espaço de autonomia face à nova conjuntura, em uma região na qual os antigos senhores não puderam contar com um número satisfatório de trabalhadores europeus, tal como o ocorrido em São Paulo (Martins, 2021, p.161-162).

8 O *Cachoeirano*, de 27 de maio de 1888. "São Pedro de Itabapoana". O atual município de Mimoso foi muito castigado pelas fortes chuvas, no final do verão de 2024, fazendo vítimas fatais e muitos desabrigados.

O trabalho: - “Naquela época era assim: você era colono, morava na fazenda e o fazendeiro te dava a lavoura e o que você plantava era seu, entendeu”

No estado do Espírito Santo, coube aos trabalhadores nacionais, dentre eles os libertos pelo 13 de maio, a tarefa da reorganização das relações de trabalho no campo, após a extinção do trabalho forçado, porque os imigrantes que chegaram à região das grandes fazendas do sul, a partir de 1887, logo se sentiram atraídos pela imensidão de terras devolutas que ainda havia na antiga província e se mudavam para as mesmas, ou para os núcleos coloniais, criados por iniciativa do governo do Espírito Santo, na região serrana, no centro-oeste.

Mesmo sem grandes interesses dos fazendeiros da província do Espírito Santo, os imigrantes estrangeiros chegaram ao Espírito Santo, em número até significativo, em relação ao total da população, na segunda metade do século XIX. Ou seja: entre 1847 e 1887, chegaram 15.203 imigrantes sendo que a sua população era de 49 mil hab. em 1856 e de 82 mil hab. em 1872. Esse afluxo alimentava as colônias, principalmente Santa Leopoldina e Rio Novo, pois, a população dos núcleos coloniais chegou a mais de 21 mil hab. em 1888 (Saletto, 1993, p. 125). Se nas primeiras décadas o único destino dos imigrantes eram os núcleos coloniais, com o fim da escravidão e a consequente procura por trabalhadores livres, as fazendas de café apareceram como alternativa e atraíram grande parte dos que chegaram após 1888.

[...] Dos 13 mil trazidos pelo governo Estadual, após esse ano, quase 7 mil dirigiram-se às fazendas, sendo que as do Sul principalmente de Cachoeiro de Itapemirim, atraíram mais de 5 mil deles. E também receberam colonos instalados anteriormente em áreas improdutivas das colônias de Rio Novo e Castelo (Saletto, 1993, p. 141).

Em relação as nacionalidades, a grande maioria foi de italianos 70,2%, seguido dos nascidos nos países Ibéricos 13,1% Germânicos 11,8% Eslavos 3,9% Franceses, Ingleses e outros 1,0% (Franceschetto, 2014, p. 113).

Para os fazendeiros menos capitalizados ou pouco dispostos a empregar capitais no pagamento de salários a seus trabalhadores, a *parceria* ou *meação* na produção do café apresentou-se como uma forma possível de organização do trabalho nas áreas rurais no pós-abolição, na região sudeste do Brasil (Faria, 1986; Gontijo, 1992; Castro, 1993; Rios, 2001). O sr. Paulo Vicente Machado, nascido em 1910, na Fazenda da Presa, no município de Alegre, sul do Espírito Santo, onde o seu pai Vicente Pereira Machado, havia sido cativo e capitão-do-mato da mesma fazenda⁹, nos fornece a seguinte descrição do arranjo:

– É, depois que acabou o cativo ele ficou tocando lavoura, é... lavoura rapaz.

A fazenda era uma montanha, ele [fazendeiro] repartiu a fazenda; ela era muitos mil alqueires de terreno. Então ele repartiu para aquele pessoal todo[ex-escravizados], lavoura de café. Tocar café a meia, compreende, rapaz?

- Compreendo... Compreendo....

- A cada um eles deram lavoura, para eles tocarem.

- Mas, quem comandava o trabalho?

- Era o meu pai que dizia tudo isto, a lavoura era dele¹⁰.

Em realidade, a lavoura não era totalmente dele, porque ele tinha que dividir com o dono das terras metade da produção do café, porém, o fato do mesmo liberto ter o domínio das regras do trabalho parece ser interpretado como conquiresta. Segundo o sr. Paulo a referida fazenda possuía uns 80 colonos, no período de sua infância, em que passara na mesma. Esses colonos eram pessoas de todo jeito e de várias nacionalidades porque a fazenda: “[...] era muito grande, ...abrangia muitos morros.”

9 Alegre, Cartório do 3º Ofício, Inventário “post mortem” de Manoel Pereira Machado, arq. 03/proc. 32/, inventariante Maria Luíza da Conceição. Quando da realização da avaliação dos bens do finado senhor Manoel para posterior partilha entre a viúva e seus 11 filhos todos herdeiros havia 16 mil pés de café e 225 alqueires de terra no lugar denominado “Córrego do Ouro” como nos faz referência o sr. Paulo Vicente Machado, em suas memórias. Entre os bens “semoventes” havia 2 cavalos, sendo um já velho; 1 burro de carga; 1 vaca leiteira; 1 novilha de 2 anos e 7 escravos: Jeronyma, crioula, 50 anos avaliada em 400\$000; João Batista, crioulo, 25 anos avaliada em 1:100\$000; Julião, crioulo, 16 anos avaliada em 1:400\$000; Marcos, pardo, 15 anos avaliada em 800\$000; Vicente, crioulo, 14 anos avaliada em 1:200\$000; Sebastião, crioulo, 13 anos avaliada em 1:000\$000; Apollonia, crioula, 11 anos avaliada em 600\$000. Após o 13 de maio de 1888, o liberto Vicente, bisavô do autor deste trabalho por herança materna, herdou o sobrenome de seu antigo senhor.

10 Entrevista realizada em outubro de 1992, em São Gonçalo-RJ. Entrevistador: Robson Luís Machado Martins. Entrevistado: Paulo Vicente Machado, nascido na Fazenda da Presa, no município de Alegre-ES, em 1910.

[...]- Como vocês viviam, na Fazenda da Presa, com as outras pessoas tocando lavoura?

- Meu pai que botava a gente, botava empregados, moça, até moça trabalhava naquele tempo, todo mundo pegava na enxada.

- Era o dia todo é? Era?

- É, era a mesma coisa para moça, mulher, todo mundo ia pro trabalho pegar na enxada. Na hora do almoço descia todo mundo para lanche, descansar e depois voltavam para o trabalho outra vez.

- Mas quem comandava o trabalho?

- Era o meu pai que dizia tudo isto, a lavoura era dele. Você sabe quanto ele pagava a esses empregados?

- Quinhentos réis por dia.

- Ah! Ele pagava aos empregados?

- É ele pagava os empregados.

- Havia brancos trabalhando para ele?

- Tinha, tinha qualquer pessoa, tinha branco, mulato e tudo. Tinha mulher, tinha moça, e tinha cada branca bonita! Eu era criança coitadinho, Fazenda da Presa¹¹.

O ex-cativo Vicente parece ter se tornado um próspero agricultor, após constatar-mos que ele empregava trabalhadores em suas próprias lavouras, de acordo com as memórias de seus filhos. D. Virgínia, irmã mais nova do sr. Paulo, nos fornece mais detalhes sobre a vida do seu pai:

- Eu não nasci na roça não meu filho, eu nasci na Fazenda da Presa, em Alegre, perto de Mimoso do Sul”.

- O que a senhora se lembra do que eles contavam sobre a Fazenda da Presa?

- Eles contavam que tinha um alambique de cachaça, engenho de cana... De certas coisas eu me lembro um ‘mucadinho’. Uma vez eu fui no alambique, mas não era pra beber nada não, aí eu era muito curiosa, tinha uma roda enorme, aquela roda ligava a água lá em cima e aquela roda pegava cá embaixo e tinha aquele negócio de botar cana, ah! meu Deus do céu! Se o homem não

11 Idem.

chega, eu era 'alambicada'... a roda pegou meu vestido, ele veio de lá com o facão, e se ele não corta, o tempo passava¹².

Ao ressaltar que não havia nascido na roça em sim na fazenda a entrevistada está se referindo a sede da fazenda porque segundo a mesma no tempo do cativo quando as escravas davam a luz de acordo com o que sua mãe, que havia nascido de ventre livre, isto é, após o 28 de setembro de 1871, tinha lhe contado: “[...] quando nascia lá pelos matos, por lá ficava, porque elas tinham que ficar trabalhando, hoje em dia nós tamos com tudo e não tamos prosa, tá¹³?”

Tal como observado no município de São Pedro de Itabapoana, muitas fazendas, em Alegre também dispunham de equipamentos que se utilizavam da força hidráulica como o verificado na narrativa de d. Virgínia, na produção de aguardente, derivada da cana de açúcar. E, sobre as relações familiares do ex-cativo Vicente, com seus antigos proprietários d. Virgínia acrescenta: “- Eram meus padrinhos e madrinhas, era Merenciana, madrinha Chana, padrinho Denilson e o velho, disso eu me lembro muito bem... na roça, ele vinha com o cavalo... tum, tum, tum... eu ria que me escangalhava, eu ficava debaixo da mesa e o velho, comendo com meu pai, eles eram muito amigos¹⁴. E quando questionada se havia mais famílias de libertos, na antiga fazenda ela foi enfática.

- Oh! Muita gente, meu filho, tinha muita gente. Os escravos moravam tudo lá... aí ele deu a cada um, um pedaço de terra, uma roça, a fazenda era enorme, dizem que ainda está lá até hoje, mas eu não sei!
- Ele deu a terra para os escravos?
- Deu pros escravos trabalhar, plantar roça ué!
- Mas por que ele fez isso?
- Eu não sei, mais... e meu pai mesmo [ex-escravizado] tinha um cafezal que não tinha mais tamanho¹⁵.

12 Entrevista realizada em Magé, RJ, em 26 de julho de 1993, às 12hs. Entrevistador: Robson Luís Machado Martins. Entrevistada: Virgínia Vicente Machado, aprox. 66 anos. Obs.: Houve a participação de sua cunhada Ana Cândida Machado, esposa de seu irmão Paulo Vicente.

13 Idem, *ibidem*.

14 Idem, *ibidem*.

15 Idem, *ibidem*.

As relações de trabalho descritas anteriormente parecem ter sido uma experiência também verificada em outras áreas do sudeste cafeeiro porque, na Zona da Mata Mineira, região limítrofe com o sul do Espírito Santo, a *parceria* também foi adotada em quase sua totalidade nos municípios que formavam aquela região após a abolição. Esta relação de trabalho tinha como atrativo para o proprietário das terras fixar o trabalhador na propriedade, também funcionando como mecanismo redutor de gastos monetários com mão de obra. De certo que, a Zona da Mata Mineira, em suas especificidades históricas e regionais não teria se desenvolvido de forma contínua no tocante as suas características econômicas e sociais em sua parte Norte, Central e Sul a qual nos referimos no presente artigo formada pelos municípios de Juiz de Fora, Mar de Espanha e Leopoldina limítrofes com a fronteira sul capixaba (Guimarães, 2009, p. 89).

Para Lanna (1988), após a abolição do cativo, a reorganização do trabalho, na Zona da Mata Mineira também contou majoritariamente com o trabalhador nacional, *categoria ampla que a nosso ver inclui o ex-escravizado, força de trabalho fundamental na constituição do mercado de trabalho livre naquela região* (1988, p. 77, grifo da autora), hipótese também já verificada para a região sul do Espírito Santo. De acordo com Saletto (1993, p. 193), “tudo indica que os fazendeiros capixabas adotaram a parceria a **contragosto**, pressionados, pela [possível] falta de mão de obra, que até o 13 de maio de 1888 era permanente, fixa, em suas fazendas”. A autora cita o próprio presidente da província à época Moniz Freire, em sua preocupação com a falta de mão de obra, nas fazendas: “A lavoura está perdendo parte de suas safras por falta de trabalhadores, e é **coagida** a dar aos que encontra a meação das suas colheitas” (1993, p.193). E conclui:

Nos debates travados no legislativo estadual ao longo dos anos 90 do século XIX os deputados-fazendeiros do sul demonstraram grande descontentamento com aquele sistema, principalmente depois de iniciada a crise do café [1896/97]. [...], mas em todo caso é certo que a parceria, complementada com o trabalho eventual e sazonal de jornaleiros, e com a empreitada para formação do cafezal, constituiu o novo sistema de trabalho (Saletto, 1993, p. 194-195).

Nós também conseguimos encontrar evidências em outro depoimento de descendente de libertos, nascido em 1928, no Córrego do ‘Munho’, sugerindo que a parceria teria se tornado a relação de trabalho predominante, no sul do Espírito Santo, após o fim do cativeiro, na região.

- Naquela época era assim: você era colono, morava na fazenda e o fazendeiro te dava a lavoura e o que você plantava era seu, entendeu.
- Sim. E o que vocês faziam com a produção?
- A produção era nossa, a gente comia e vendia.
- E não dava nada para o fazendeiro?
- Dava só a meia do café e o resto dos produtos, não.
- Quem trabalhava com o senhor?
- Eu, papai e meus irmãos, eu tinha seis irmãos e agora só tem eu porque já morreu tudo¹⁶.

Semelhante ao constatado por Lanna (1988), para a Zona da Mata Mineira, o trabalhador fixo, designado pelo fazendeiro por “colono”, morava na fazenda e cuidava das plantações. Na maioria dos casos podia plantar cereais entre as fileiras de café ou em terrenos previamente demarcados, em geral já abandonados pela grande lavoura. Em nossas entrevistas, a lavoura de cereais é identificada por lavoura “branca” que, além de ser a responsável pela sobrevivência do trabalhador, era talvez até mais compensadora para o mesmo, tendo em vista o tempo de demora do retorno monetário da atividade cafeeira. Uma análise realizada por Dezemone (2008), sobre as mudanças nas relações trabalho, após o fim da escravidão, na região serrana do Rio de Janeiro, também de produção de café, nas antigas *plantations* escravistas, constatou que:

O colono não deve ser confundido com as outras atividades rurais desempenhadas por empregados como ‘campeiros’ (que ordenhavam as vacas); ‘tropeiros’ (guiavam as tropas); ‘carreiros’ (conduziam o carro de boi) e ‘candeeiros’ (ajudantes de carreiros). Caso a permissão fosse concedida, o colono recebia uma casa para residir, plantar para si e para sua família. Isso era

16 Entrevista realizada, em outubro de 1994, em Alegre-ES. Entrevistador: Robson Luís Machado Martins. Entrevistado: Geraldo Nicomédio dos Santos.

percebido pelo colono como uma concessão do fazendeiro, uma contrapartida inicial, que demandaria, e até mesmo exigiria obrigações. O recebimento da casa trazia consigo a noção de que a condição da moradia estava associada à prestação de trabalho (Dezemone, 2008, p. 120).

Na Zona da Mata Mineira e também muito provavelmente no sul do Espírito Santo, o grande problema da parceria, segundo os proprietários daquela região mineira, era o maior interesse que o “colono” tinha em desenvolver a cultura de cereais em detrimento dos cafezais (Lanna, 1888, p. 88). Mas havia casos em que os trabalhadores, em um primeiro momento, não tiveram acesso as suas próprias roças. Como nos lembra d. Marta Francisca da Silva, nascida em 1915, em São João Del Rey, mas que teria migrado para Guaçuí, ainda muito pequena em companhia dos pais¹⁷.

- E o que eles [pais] faziam na época que a senhora nasceu?
- Trabalhavam em roça. Minha mãe era lavadeira.
- E essas roças que o pai da senhora trabalhava, eram dele?
- Não, num era nossa não, nós era colono.
- Eu sei que o dono dessa fazenda chamava Teófilo de Mendonça.
- Ficava aonde?
- Ih! Bem retirado de Guaçuí, era bem retirado mesmo. Agora só num lembro mais os lado, né? Que faz muitos anos.

Há que se ressaltar que o município de Guaçuí, antiga freguesia de São Miguel do Veado, pertencente ao município de Cachoeiro de Itapemirim, está localizado no limite sul com várias cidades do estado de Minas Gerais e semelhante ao ocorrido no município vizinho: São Pedro de Itabapoana, nesse período também atrai um contingente considerável de camponeses negros. Devido às características de

¹⁷ Entrevista realizada no município de Cachoeiro de Itapemirim, em 30 de junho de 2000. Entrevistador: Robson Luís Machado Martins. Entrevistado: Marta Francisca da Silva, nascida em 1915 (85 anos), em MG, São João del Rey (veio ainda bebê para Guaçuí).

sua estrutura fundiária – concentração de médias e grandes propriedades – em processo de expansão – dessa mesma concentração fundiária tal, como pode ser observado a partir do seguinte caso:

Em 1924, Agenor Luís Thomé e seu irmão Altivo Luís Thomé compraram, à prestação, a Fazenda São Domingos, situada no distrito de Veado, hoje Guaçuí, com 556,8 há. de terra, 20.000 cafeeiros e 10 casas de colonos. Em 1928, Agenor Thomé não apenas tinha pagado todos os seus débitos, como ainda dispunha de capital para adquirir de seu irmão a outra metade da fazenda, já agora possuindo o dobro de casas de colonos, o que evidenciava a sua prosperidade. [...] Nos 40 anos compreendidos entre 1932 e 1972, Agenor Thomé anexou à Fazenda São Domingos 22 pequenas propriedades (90,9% com área inferior a 100ha). - Em 1972, aos primitivos 556,8 ha. somavam-se mais 970,6 ha., o que tornava o seu proprietário um grande fazendeiro de café da região, já que a Fazenda São Domingos possuía, nesta data, 1.527,4 ha. de terra, milhares de cafeeiros e 45 casas de colonos. Nesse sentido, nota-se que Agenor Thomé não apenas resistira à crise de 1929, como ainda fora capaz de, nessa conjuntura desfavorável, capitalizar-se, aproveitando-se das dificuldades financeiras dos pequenos cafeicultores. Disso nos dá ciência à análise da ação executiva, datada de março de 1932, na qual ele requer, entre outros, a penhora dos bens de Dionysio Ferreira de Assis, incluindo-se como credor de seis promissórias no valor de 25.665,5 contos de réis e emitidas no período de 1928 a 1930 (Almada, 1993, p. 82).

Portanto, necessitando de muitos braços para o trabalho na **roça**, como nos lembra d. Marta Francisca, mão de obra essa, que de acordo com o que até aqui temos debatido, poderia ser sazonal como também permanente: “- E a senhora trabalhou na roça também? - Sim, trabalhei depois que tinha minha casa. - Aqui no Bom Retiro, fui colona do Alípio Moreira 39 anos. - Aonde? - Na Safra.” [fazenda localizada em Cachoeiro de Itapemirim]. E ainda acrescenta:

- Eu capinava, plantava milho, plantava feijão, fazia tudo.
- Era a senhora sozinha?
- Não, eu e o marido.
- E tinham muitos colonos lá?
- Tinha. Eles tinham muitos colonos. Mas é que eu nunca tive intimidade com os colonos deles não.
- Essa fazenda Safra, tinha imigrante lá, ou era só o pessoal daqui do local mesmo?
- Não, foi só o pessoal daqui do local.
- Como é que... Vocês plantavam?
- Só o café que era à meia com ele, né. O resto da produção era tudo meu: milho, arroz, feijão, o que eu plantasse era... Meu.
- Era só pra consumo eu não vendia nada¹⁸.

Além do parceiro caracterizado pela figura do trabalhador fixo, no interior das fazendas havia também outra categoria, o trabalhador temporário – migrante sazonal –, que acabava por completar o trabalho realizado pelo parceiro. Ou seja:

A necessidade de trabalhadores temporários se impõe porque o parceiro garante o cultivo do cafezal, mas não a colheita, que demanda mais braços. Também não é possível à instauração da relação assalariada para realização de todas as tarefas distribuídas ao longo do ano, seja pela impossibilidade de controlar e regularizar o suprimento de trabalhadores, seja pela fraca disponibilidade monetária dos fazendeiros. A migração sazonal é a possibilidade existente de realização da colheita e da produção em geral. [...] Outra vantagem desse sistema é o fato de os trabalhadores migrantes não terem outro interesse que não a colheita de grãos ou a tarefa específica que lhes é atribuída. O mesmo não acontece com o “colono”, que vê na cultura de cereais possibilidades de maiores ganhos (Lanna, 1888, p. 95-96).

A partir da coleta de dados em jornais de Minas Gerais, do início da década de 1890, (Lanna, 1888) observou que eram flagrantes os apelos dos fazendeiros das

18 Idem, *ibidem*,

regiões, que se sentiam prejudicados com o fluxo de trabalhadores que se dirigiam para os municípios cafeeiros, na época de colheita:

Essa emigração de nossos braços de serviço em direção aos municípios do Sul, reduzindo os nossos lavradores a um quase desespero, continua ainda e cada vez mais acrescida. Não se passa semana sem que vejamos levar numerosíssimas deixando-nos, em auxílio aos que contam com outros recursos que não nós... (Lanna, 1888, p. 94).

Um deslocamento caracterizado pela sazonalidade dirigia-se para as regiões cafeeiras, nem sempre mineiras, nos momentos de colheita (3 a 4 meses do ano). Esse movimento ultrapassava os limites dos municípios cafeeiros, pois, em resposta a um questionário de 1893, no Distrito de S. Sebastião do Rio Preto, município de Conceição, os fazendeiros reclamavam que: “[...] trabalhadores de Minas Novas dirigiam-se para o Espírito Santo” (Lanna, 1888, p. 94).

O interessante nessa movimentação é observar que nesse momento a economia cafeeira da região sul capixaba atrai trabalhadores até do Estado vizinho. Essa demanda por braços reflete o mesmo comportamento do trabalhador mineiro que migra em épocas de colheita, também para tentar escapar do domínio dos fazendeiros locais nesse contexto do pós-abolição, demarcando assim sua autonomia ao controlar sua própria força de trabalho.

- Nós rodemos, rodemos, rodemos e viemos parar em Vala de Souza.
- Vocês sempre ficavam trabalhando em lugares diferentes com o pai da senhora?
- Sim, em Concórdia, nós tivemos lá muito tempo. Mas eu nasci em São Pedro de Itabapoana, em Alcebiádes.
- Eu alembro, [sic] era a Fazenda Concórdia uma Fazenda muito grande, onde papai era meeiro de café e tocava lavoura branca. Perto de um cafezal que sumia de vista.
- E de quem eram a terra?
- Era do fazendeiro e ele [pai] plantava e dava a metade para o fazendeiro. Ele ficava com a meia e lá tinha café,

tinha arroz, milho... lá tinha de tudo.

- E nessa fazenda havia muitos negros?

- Sim, meu filho, tinha muitos negros lá sim ainda do tempo do cativeiro¹⁹.

Trabalhos anteriores já vêm demonstrando que em alguns casos as migrações transcenderam as fronteiras das regiões como também das províncias onde os libertos haviam sido escravos em busca de outras opções de trabalho, como também de vida. De acordo com Silva (2001), pretos e pardos, descendentes diretos ou não de escravos, optaram por migrar do Estado de São Paulo para outras regiões do País como o Rio de Janeiro, à época, Capital Federal fugindo da concorrência desleal por empregos com os imigrantes, do racismo e da falta de terras, principalmente aqueles provenientes do interior do Estado. Ou seja, a cidade do Rio de Janeiro transformava-se numa localidade receptora de ex-escravizados e provavelmente seus descendentes. Também neste contexto Costa (2013), teria observado que a cultura da laranja produzida em larga escala, após o declínio da produção cafeeira, na baixada fluminense, também teria traído a mão de obra de pretos e pardos de outras regiões.

Em 1916, época a qual d. Ana faz referência em suas memórias, havia em São Pedro de Itabapoana 76 fazendas de café com produção de mais de 1000 arrobas e 320 sítios produzindo entre 100 e 1.000 arrobas, além de 10 fazendas de gado com mais de 200 cabeças, quatro anos depois a produção média de café por estabelecimento era de 842 arrobas, maior que a do conjunto da região (666 arrobas) e muito superior à do estado (252 arrobas). Cento quarenta e três estabelecimentos tinham máquinas para beneficiar a produção, sendo 8 a vapor e 134 hidráulicas (Saletto, 1993, p. 44-45). Dos 726 estabelecimentos rurais recenseados, em 1920, em São Pedro de Itabapoana localizamos a Fazenda Concordia e de fato propriedade de Alcebíades R. da Silva Castro a quem a família de d. Ana como dos

19 Entrevista realizada em outubro de 1992, São Gonçalo-RJ. Entrevistada: Ana Cândida Vicente Machado - 87 anos. Entrevistador: Robson Luís Machado Martins. Dona Ana Cândida nos informou, nesta entrevista, que teria nascido em 1900 sendo só registrada no cartório quando já tinha cinco anos de vida. Esta senhora veio a falecer, em novembro de 1996, esposa do senhor Paulo Vicente Machado, nossos avós maternos.

demais trabalhadores da fazenda prestavam serviço à *meia* na produção do café, nos primeiros anos do século XX²⁰. Nesse mesmo contexto dos eventos narrados por d. Ana, São Pedro de Itabapoana, além de concentrar o maior contingente de população negra, também reunia o maior conjunto de propriedades de médio e grande porte, em relação às demais áreas agrícolas do Estado, ou seja:

Em 1930 havia no município [de São Pedro de Itabapoana] um pequeno número de fazendas suficientemente prósperas para instalar serviços de energia elétrica e de água canalizada, ausente da maioria das localidades: 23 possuíam energia elétrica, contra apenas 7 localidades, e 25 eram dotadas de instalações de água, enquanto apenas 4 localidades tinham tal conforto. Havia 75 máquinas de beneficiar café, sendo 21 elétricas, 6 a vapor e 48 hidráulicas.

Na mesma época, uma fazenda, a Srta. Martha, ganhou o Diploma de Honra do Instituto Agrícola do Brasil. Com cerca de 1500h., tinha um cafezal de mais de 1 milhão de pés novos, dos quais 400 mil em produção, terreiro de pedra, tulha, 2 moinhos de fubá, maquinismo de beneficiar café a força hidráulica, serviço de água, tropa e carros de boi (Saletto, 1993, p. 45).

Nas palavras de d. Ana percebemos que tal como o verificado em Minas Gerais, pelo menos, na região sul do Espírito Santo, também parece ter havido uma intensa mobilidade da mão de obra dos libertos e dos lavradores negros, descendentes de homens livres pobres, como nos revela a nossa depoente que era filha de Gabriel Monteiro dos Santos, um sitiante, trabalhador temporário na produção de café. O velho Gabriel conseguiu comprar 1 alqueire de terra, em Vala de Souza, local onde a família de libertos do ex-cativo Vicente, citado anteriormente, também possuía propriedades, pois foi lá que o senhor Paulo e d. Ana se conheceram e se casaram, em 1925²¹.

20 IBGE, *Censo Agrícola de 1920 – São Pedro de Itabapoana*, p. 05.

21 Tiveram ao todo 16 filhos, mas 9 deles morreram ainda criança; e ficaram apenas 7 filhos, muito provavelmente devido alta taxa de mortalidade que está intimamente ligada aos poucos recursos da medicina, na primeira metade do século XX, no Brasil.

Há indícios de uma grande concentração de negros após o fim do cativeiro, que passaram a cultivar “lavoura branca” – para subsistência – no antigo Distrito de Vala de Souza, no município de Alegre e atual município de Gerônimo Monteiro, porque vários de nossos entrevistados se reportaram para esse lugar como referência de uma terra “só de pretos”; ou seja, “*Terra de Pretos*”, aliás, ainda hoje podemos encontrar uma comunidade negra no lugar de nome “Sítio dos Crioulos”.

[...] Tal denominação [Terra de Pretos] compreende aqueles domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, por famílias de ex-escravos. [...] Os descendentes destas famílias permanecem nessas terras há várias gerações sem proceder ao formal de partilha, sem desmembrá-las e sem delas apoderarem individualmente. [...] Estas vias de acesso à terra ocorrem, pois, com a desagregação da plantation ou fora de seus limites estritos, quando estão relativamente desativados os mecanismos de repressão da força de trabalho (Almeida, 1990, p. 20-23).

Em pesquisa realizada, no vale do Paraíba Mineiro, para o mesmo contexto histórico de nossa análise Guimarães (2009, p. 132) amplia a noção do conceito de “*Terra de Preto*”, já definida anteriormente: “[...] incluindo a possibilidade do acesso à terra pelos escravos, por usufruto, mediante o exercício de suas atividades agrícolas autônomas”. E acrescenta: “[...] creio que é pertinente considerar o conceito para além das permanências”.

Em nosso trabalho encontramos evidências que nos mostraram que a posse da terra era conquistada pelos libertos a partir de doação ou cessão do uso desde que a produção fosse dividida com o proprietário da terra “*meação*” ou através da compra. Mesmo que essa fosse realizada através de um mercado informal de compra e venda de terras o que nos parece ter sido o mais provável, como nos informa o sr. Paulo: “É... naquele tempo a gente vivia comprando e vendendo terreno e viemos parar em Vala de Souza”.

O ex-cativo Vicente, pai do sr. Paulo, conseguiu juntar recursos para comprar

pelo menos duas propriedades: a primeira em São Domingos e a segunda em Vala de Souza a qual sr. Paulo se recorda muito bem, pois foi lá que o mesmo conheceu d. Ana e se casou. Diz ele que seu pai a comprou de um fazendeiro muito rico: “era um homem de nome, Joanito de Oliveira da Silva, para quem já havia trabalhado no tempo do cativoiro.” Esta propriedade o sr. Vicente, comprou em sociedade com o cunhado João Honorato por 500 Réis e possuía 18 alqueires de terra, situada em Vala de Souza, próximo a comarca de Sabino Pessoa, onde havia um comércio local, “Monte Alegre”. Este sítio, em Vala de Souza, ficava situado dentro da mata, sem muitos vizinhos por perto e de difícil acesso. No entanto, tudo nos leva a crer que o sr. Vicente, conseguiu levar uma vida harmoniosa neste local porque trabalhava em terras que conseguiu comprar com os próprios recursos, produzia café para o mercado e gêneros de subsistência para sua própria família e a de seu cunhado, que também era dono das terras em que viviam.

Já o velho Gabriel, pai de d. Ana, teria morado pouco tempo em Vala de Souza, onde também produzia gêneros de subsistência, o que nas palavras de d. Ana é identificado como “*lavoura branca*”; vendeu a propriedade e foi trabalhar como meeiro numa fazenda, em São João do Muqui, ainda no sul do Estado. A mobilidade e autonomia consistiam nos dois mais fortes signos a identificar a experiência de liberdade, mesmo àquela vigente ainda sob a escravidão. Para os libertos, como para o conjunto dos homens livres despossuídos, antes de 1888, a opção pela mobilidade frequentemente foi uma ponte para uma situação de autonomia, baseada no trabalho familiar, quase sempre mediada por relações pessoais e familiares, preexistentes ou em elaboração de acordo com Castro (1993, p. 361).

A busca da autonomia pelos libertos, caracterizada pelo controle do tempo de trabalho e o acesso à terra, quando possível, foi comum em várias sociedades da América com a abolição da escravidão (Saille, 1988; Scott, 1991; Foner, 1988) assim como também no Brasil. Em razão disso, a iniciativa de se ten-

tar fazer com que os libertos permanecessem nas fazendas, onde por muito tempo de suas vidas trabalharam como escravizados, ficou por conta de iniciativas particulares dos próprios fazendeiros. As estratégias de controle dos antigos senhores de trabalhadores escravizados, em sua tentativa de conter o êxodo dos libertos para outras regiões, parecerem ter sido bem-sucedidas, como também as de atrair mão de obra da população de cor de outros lugares. Isto é possível de ser observado por meio dos números registrados no censo demográfico, apresentado no ano de 1890, como tentamos demonstrar na tabela a seguir²².

Tabela 1 – População p/cor (negra e mulata) “preta/mestiça” – comparação entre os Vales dos Rios Doce, Itapemirim e Itabapoana 1890.

Estado/Regiões	Total	Nºnegros / mulatos	%
E. Santo	135.997	70.300	51,7
Rio Doce	3.112	2.031	65,2
Itapemirim	4.049	2.455	60,6
Itabapoana	33.600	18.276	54,4

Fonte: IBGE-RJ População recenseada no Espírito Santo quanto à “raça”, 1890, p. 32-33
Apud Almada (1993, p. 23).

Mesmo levando em conta as fragilidades para obtenção dos dados quando da realização do Censo de 1890. De acordo com a tabela anterior, há um baixo número de habitantes registrados para a região centro-norte/vale do Rio Doce (11,8% da população total do Estado), em 1890. Talvez esse fenômeno possa ser explicado pelo fato desta região ter suas atividades econômicas voltadas para a extração de madeira, no mesmo período. Mesmo assim, possuía uma média significativa do número de habitantes negros mulatos e indígenas (65,25%). Apesar de sua margem de imprecisão e erro os números da Tabela 1, ainda nos informam que dos 37.649 habitantes do sul do Espírito Santo (vales dos rios Itapemirim e Itabapoana) em 1890, 20.731, ou seja, (55,1%) desse total eram constituídos de pessoas negras e mulatas.

[...] Coerentemente com o seu processo de expansão, a população negra e mulata do vale do Itabapoana cresceu 338%, passando de 18.276 pessoas em 1890 (quando concentrava 26% do total da população de cor do Esta-

22 Nos censos de 1900 e 1920, lamentavelmente, não foram relacionados o item cor da população brasileira.

do) para 80.124 em 1940, correspondente, então, nessa data, a 27,8% do total da população de cor do Espírito Santo. Igual fenômeno, porém, mais expressivo, ocorreu no vale do Itapemirim. Ali a população de cor cresceu 1.850%, passando de 2.455 pessoas em 1890 (3,5% do total da população de cor do Estado) para 47.885 em 1940 (16,6% desde total). Tal crescimento demográfico só se explica pelo afluxo de pessoas de cor de outras regiões, o que se confirma pela migração de fluminenses e mineiros (Almada, 1993, p. 22-23).

Os dados demográficos também nos revelam que muitos dos libertos como também a parcela de negros livres que presenciaram o 13 de maio de 1888, na região não a teriam abandonado como há tempos tem salientado a historiografia que analisou o período para outras regiões do país. E, se levarmos em consideração o percentual de pessoas de cor em relação ao total das populações dessas regiões, constatamos que este índice conservou-se significativo durante todo o período de 1890-1940, representando, respectivamente, 60,6% e 37,8% da população total no vale do Itapemirim e 54,4% e 41,6% desse total no vale do Itabapoana (Almada, 1993, p. 22-23).

Após análise dos Censos de 1890, 1900, 1920, 1940 constata-se que a população do Espírito Santo registrou, até 1940, os maiores índices de crescimento médio anual dentre os estados cafeeiros da região sudeste do Brasil, sendo superado apenas por São Paulo, no período de 1890 a 1900 (ver Tabela 2).

Tabela 2 – Crescimento Médio Anual da População 1890-1940.

Estados	1890-1900	1900-1920	1920-1940
São Paulo	6,4%	5,1%	2,8%
Rio de Janeiro	0,5%	3,4%	0,9%
Minas Gerais	1,2%	3,2%	0,7%
Espírito Santo	5,4%	6,0%	3,2%
Brasil	2,1%	3,8%	1,7%
Regiões – ES			
CENTRO/NORTE – Vale do Rio Doce	6,9%	5,1%	3,2%
SUL – Vales dos Rios Itapemirim e Itabapoana	5,6%	5,2%	2,9%

Municípios – ES			
Colatina/Linhares	10,1%	5,1%	5,5%
Santa Tereza	-	4,5%	0,9%
Santa Leopoldina	18,5%	3,4%	0,3%
Cachoeiro	17,1%	4,3%	2,3%
Alegre/Guaçuí	0,6%	7,0%	3,1%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos/Agrícola de 1890, 1900, 1920, 1940. Ver também dados um pouco mais ampliados em Almada (1993, p. 15).

Os números referidos acima demonstram o caráter dinâmico do crescimento demográfico das diversas regiões do Espírito Santo, na última década do século XIX e nas quatro primeiras do século XX. O que de fato nos evidencia, tal como já demonstrado, a partir dos depoimentos dos nossos entrevistados, que os libertos não teriam abandonado em massa a região sul do Espírito Santo. Sendo que a sua população até cresceu em uma perspectiva global no final do século XIX, e nas primeiras quatro décadas do século XX.

Os dados arrolados até aqui demonstram que no sul do Espírito Santo, tanto quanto em outras regiões do sudeste cafeeiro o destino dos ex-escravizados, pautou-se pela ambiguidade. Isto é, em um primeiro momento: em sua maioria os libertos se estabeleceram como meeiros, em um intervalo de tempo, nas mesmas fazendas onde haviam sido escravos ou em propriedades de outros fazendeiros da mesma região. Até conseguirem se estabelecer como posseiros ou sítiantes em um pedaço de terra e se estabelecer como pequenos agricultores através do trabalho familiar, caracterizando a formação de um campesinato negro, na região sudeste do Brasil de a muito silenciado pela historiografia que consolidou uma narrativa de marginalidade econômica da população egressa do cativo a partir das disputas nos ambientes urbanos das grandes cidades, no mesmo período.

Talvez o ponto de inflexão desta perspectiva analítica já possa ser observado a partir de estudos já não muito recentes (Cunha; Gomes, 2007), como também contemporâneos (Gomes; Domingues, 2013, 2014) que procuraram destacar o

papel social de livres e libertos como sujeitos de sua própria história através das análises sobre suas experiências de liberdade, nas regiões de grande lavoura de café da região sudeste, como também da monocultura de cana de açúcar, na região do nordeste brasileiro (Fraga Filho, 2006; Souza, 2012; Santos, 2014).

Já que o liberto Vicente havia ficado como meeiro por muito tempo na Fazenda da Presa, onde teria sido escravo. Entretanto, parece ter havido uma tendência natural no Espírito Santo dos meeiros ou parceiros abandonarem as fazendas e se tornarem pequenos proprietários, como já ressaltado anteriormente, a partir da experiência do ex-cativo Vicente revelada para nós pelo seu filho mais novo o sr. Paulo Vicente Machado.

Experiências estas tornadas possível em face da disponibilidade de terras, em meio às fronteiras impostas pelos grandes domínios dos proprietários rurais, ainda não ocupadas na região dos vales dos rios Itabapoana e Itapemirim, nas duas primeiras décadas do século XX. Percebe-se a dinamicidade desse “mercado de terras” o que muito provavelmente acontecia às margens da formalidade dada as dificuldades impostas para os pequenos agricultores para que tal prática se formalizasse, face as exigências já ressaltadas neste artigo. Exigências estas que excluía grande parcela dos pequenos agricultores, para não afirmar, a parcela majoritária formada pelo campesinato negro, no referido período e pouco capitalizados de legalizarem suas posses, mas nem por isso as famílias formadas por libertos deixaram de ficar “*comprando e vendendo terreno*” até se fixarem definitivamente, em uma localidade, como nos lembra o sr. Paulo Vicente:

[...] - Vocês foram para Vala de Souza para fazer especificamente o quê?

- Ué, tocar lavoura... Plantava milho [*sic*] “pra daná”, colhia café, plantava arroz, criava vaca de leite...

- Vocês faziam o quê com o café?

- Ué, vendia. Vendia pro Turco.

- Só para ele?

- Não, vendia também para o Zeca Fortunato, um delegado que tinha em Sabino Pessoa, ele tinha máquinas

de pilá café. Tinha tudo!

- Quem era o Turco?

- O Turco era Constantino Assul, em Mimoso do Sul [São Pedro de Itabapoana]. Ele fornecia a meu pai os mantimentos, ele conhecia meu pai há uma pá de anos e tudo o que o meu pai precisava ia buscar lá, para com a colheita de café pagar. [...] Vendia o café e pagava a ele, o Turco Constantino Assul. Tinha até um tal de Isaque, que também vendia para o meu pai há uma pá de anos²³.

Nesse trecho da narrativa do sr. Paulo, percebemos que havia uma aproximação da relação do trabalhador rural negro, dentre ele destacado o liberto, com a típica relação de economia camponesa²⁴, caracterizada pela posse da terra – ‘uma situação’, porque é bem provável que todas essas compras e vendas de terrenos descritas pelo sr. Paulo, não fossem regularizadas –, uma produção de subsistência e o cultivo da monocultura do café, cuja renda era essencial para pagar a terra e ter acesso a outros bens que não eram produzidos pela unidade familiar (Mendras, 1978, p. 44). Relação de trabalho típica das famílias negras do meio rural capixaba, no pós-abolição.

O café: “pilar da economia capixaba”

Nós encontramos evidências que a ligação da produção do trabalhador rural negro, com o mercado no Espírito Santo, era feita através da “venda” e pelos “intermediários”, identificados no depoimento do sr. Paulo pelos turcos Constantino Assul e Isaque, vendeiros, e pelo Zeca Fortunato. Na realidade os “turcos” eram imigrantes Sírio-libaneses que chegavam ao Brasil com esse apelido – no Ocidente turco era sinônimo de bárbaro –, para (Campos, 1984,

23 Entrevista realizada em outubro de 1992, em São Gonçalo-RJ. Entrevistador: Robson Luís Machado Martins. Entrevistado: Paulo Vicente Machado, nascido na Fazenda da Presa, no município de Alegre-ES, em 1910.

24 “[...] Por camponês entendemos a família camponesa, unidade indissociável que conta ao mesmo tempo os braços que trabalham e as bocas que tem de alimentar; unidade que pode ser tratada do ponto de vista econômico como um agente”.

p. 78-131), o imigrante libanês julgou ter resolvido esse problema após a guerra de 1914, quando pôde desfazer-se de sua identidade de “turco” porque a partir desse momento todos passaram a ser chamados de “sírios”. Eles não chegaram em levadas determinadas e sua fixação no Espírito Santo, no início do século XX, não está definida com exatidão, especialmente no que se refere à quantidade de libaneses que se estabeleceram nesse período, em 1920 havia no Espírito Santo 810 Sírio-libaneses, ou seja: 1,6% de total do Brasil.

No Espírito Santo, eles monopolizaram as pequenas empresas comerciais e industriais, em Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Alegre, nesse último município registrou-se grande concentração destes imigrantes que chegaram ao Estado, e é também o local onde o sr. Paulo nos narra as experiências do seu pai como homem livre.

Embora as atividades dos imigrantes Sírios/libaneses não representassem um setor chave na economia do período, eles atuaram como elementos de ligação entre o produtor e o grande exportador, “[...] não vinculados diretamente ao sistema, mas, executando atividades paralelas ao setor cafeeiro, de maneira mais discreta, ligando-se a compradores de café, torrefadores, beneficiadores e mesmo alguns agricultores (Campos, 1984, p. 80), tal como verificado no depoimento do sr. Paulo, que ainda nos revelou ser o Zeca Fortunato possuidor de máquinas de beneficiar café e possivelmente ter ligações mais estreitas com as firmas de exportação que abasteciam o mercado mundial.

O café, no final do século XIX e início do século XX, era o principal gerador de renda do Estado do Espírito Santo e, conseqüentemente, responsável pelo seu desenvolvimento econômico. O valor total das exportações do Espírito Santo (em contos de Réis) foi 24.012,1 no período de 1892-94, sendo só a do café 23.750, 8, isto é, 98,9%; já no período 1902-04 o valor total das exportações caiu para 14.834,9, sendo as do café, respectivamente, 12.467,0 - 84,0% (Almada, 1993, p. 56).

Entretanto, mesmo tendo havido uma “[...] queda no preço do café no mercado internacional, nos anos 1896-97, em média as exportações do café capixaba no quinquênio de 1895-99 apresentaram um índice de crescimento de 44,6%, se comparado às exportações do período 1891-94. [...] A crise, que se estendeu até o final da primeira década do século XX, não impediu o aumento da exportação do Espírito Santo até pelo menos 1904 – passando da média de 484,6 sacas em 1895-99, para 554,7 sacas no período 1900-1905 –, representando um crescimento de 14,5%.

Em síntese, “os efeitos dessa crise, somados aos decorrentes da Primeira Guerra Mundial, (1914-18), não influenciaram muito o movimento das exportações de café no Espírito Santo, uma vez que esta apresentou, no decênio (1905-1914), uma queda de apenas 3,2% - se compararmos com o período (1900-1904) e crescendo em relação ao período de (1910-14), 44,1%, no período (1915-19) (Almada, 1993, p. 53).

A relevância da participação da produção do café, na economia capixaba, também pode observada tanto em suas cifras referentes à sua participação percentual, quanto no valor geral da exportação do Estado, como também na sua receita total (Almada, 1993, p. 55). Tal como pode ser observado, a partir da tabela a seguir, no período de 1892 a 1935.

Tabela 3 – Participação do Café na Economia do Espírito Santo 1892 – 1935.

ANOS	RECEITA			VALOR DE EXPORTAÇÃO em (Contos de Réis)		
	TOTAL	DO CAFÉ	%	TOTAL	DO CAFÉ	%
1892-94	3.618,8	2.654,5	73,3	24.012,1	23.750,8	89,9
1895-99	3.901,2	3.084,4	79,0	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
1902-04	2.618,8	2.013,5	81,0	14.834,9	12.467,0	84,0
1905-09	2.435,6	1.757,3	70,7	11.786,5	11.077,5	94,0
1910-14	2.618,8	2.630,1	66,9	23.073,4	20.458,6	88,7
1915-19	5.703,0	3.905,1	68,4	37.652,6	32.554,8	86,5
1920-24	16.793,7	12.765,3	76,0	113.797,7	106.393,6	93,5

1925/28	31.037,8	24.184,1	77,9	202.214,9	191.555,7	94,7
1930/35	28.986,9	22.908,2	79,0	-	-	-

Fonte: 1892-1904/14 – Relatório do Presidente Bernardino Monteiro – 1920; 1915-1928 – Relatório do Secretário da Fazenda José Vieira Machado, 1929, p. 82-96; 1929-1934 – Anais da Assembleia Legislativa do E. S., v. I, 1936, p. 39; 1905-1934 – Mensagem Final do Presidente Florentino Ávidos, 1928; 1929-1934 – Relatório do Chefe de Contabilidade Ary Vianna, 1935 – Valor da Exportação (1892-1928) *Apud* Rocha (1983, p. 222-236).

A partir dos números apresentados na tabela anterior, torna-se evidente que o café foi a principal e talvez única fonte de riqueza do Espírito Santo pelo menos até 1935, mostrando o quanto a economia do Estado era dependente desse produto, na medida em que a média de sua participação no valor total da exportação do Estado oscilou de 84,0% a 98,9%. No período analisado, e a receita advinda do imposto cobrado sobre esse produto, nesse período, nunca foi inferior à média de 67,0% (Almada, 1993, p. 55).

Por conta da intervenção direta do governo à época, a cafeicultura capixaba mostrou-se capaz de adaptar-se às crises em consequência da queda do preço internacional, assim como foi capaz de superar o problema da mão de obra, no pós-emancipação que provocou significativas transformações nas relações de trabalho, no sul do Estado. Nessa região os fazendeiros puderam contar em seu movimento de reorganização das relações de trabalho com a mão de obra dos negros livres e libertos e também de milhares de imigrantes europeus sendo, em sua grande maioria, formada por italianos.

O café se expandiu, na província do Espírito Santo, ao longo dos rios que nem sempre eram navegáveis, ou eram apenas em parte de seu curso em que se observavam boas condições de navegabilidade. Por esse motivo, dentre outros, o transporte do produto sempre foi um problema. Nas duas principais regiões cafeiras das primeiras décadas de expansão – o vale do Itapemirim ao sul e a região de Vitória, no centro –, o transporte se organizou combinando as tropas de mulas, que conduziam café das áreas produtoras, através de caminhos precários, a um porto fluvial situado nos pontos extremos do trecho navegável do rio – Itapemirim e Santa Maria, respectivamente –, e a navegação fluvial daí até o litoral.

Na região central o porto era Santa Leopoldina e na zona colonial serrana – área onde foram criados os núcleos oficiais destinados a imigrantes europeus por iniciativa do governo provincial –, a navegação era tão difícil que só se podiam usar canoas a remo para transportar o café até Vitória.

Em 1886/1887, o problema foi amenizado com a construção da primeira estrada de ferro do Espírito Santo com 17 km de extensão, ligando as zonas produtoras do alto vale – castelo – a Cachoeiro. Porém, as tropas não foram eliminadas, pois a estrada de ferro cobria apenas parte da região; elas passaram a fazer a ligação entre as estações ferroviárias, e o porto, nas áreas não servidas pelo trem (Salletto, 1996, p. 4-5). Em 16 de setembro de 1887, foi inaugurado o trecho ligando Cachoeiro à estação Pombal (Rive/distrito de Alegre), zonas produtoras do baixo vale, com a presença do presidente da província e demais correligionários. Mas só em 21 de junho de 1912, foi o inaugurado o trecho até o Alegre (sede) e em 24 de novembro do mesmo ano foi entregue o ramal da estrada de ferro até Espera Feliz, na divisa com o Rio de Janeiro.

[...] A estação da Estrada de Ferro Leopoldina do distrito do Veado (Guaçuí) foi inaugurada em 15 de novembro de 1913. Em Rio Preto, hoje município de Dores do Rio Preto, a estação foi inaugurada em 24 de novembro do mesmo ano com o nome de Divisa. Em 29 de abril de 1913, por registro de escritura pública, Nicolau José de Oliveira fez a doação da área de terras da estação de Celina, em Alegre sendo a estação inaugurada, em 24 de novembro de 1913 (Bravo, 1998, p. 33-52).

Essa expansão da malha ferroviária potencializou tanto o escoamento da produção de café dos vales dos rios Itabapoana e Itapemirim, na região sul do Espírito Santo, quanto o deslocamento de pessoas, dentre elas, muitos libertos e seus descendentes. E, por conta disso, uma considerável mudança nas novas relações de trabalho para os trabalhadores negros do campo como nos lembra o próprio senhor Paulo Vicente:

[...] - Com quantos anos o senhor entrou na Leopoldina -
Eu casei com idade de 15 anos, um ano depois eu entrei

na Leopoldina. Eu tinha um cunhado, falecido Mané, que trabalhava na Leopoldina. Eu não queria mais tocar lavoura e perguntei a ele se ele arrumava uma vaga pra mim. Foi aí que eu saí fora. Porque não era o mesmo que trabalhar na lavoura, aí eu fiquei trabalhando na Leopoldina, 36 anos²⁵.

Os detalhes narrados pelo sr. Paulo nos revelam que as novas relações de trabalho surgidas a partir da expansão da malha ferroviária, para a região produtora de café no sul, possibilitaram uma certa mobilidade social ascendente para muitos trabalhadores das lavouras, dentre eles os libertos e seus descendentes que se empregaram, nas companhias de Estrada Ferro, em finais do século XIX e início do XX. O sr. Paulo, um ano após se casar (1925) e após o falecimento de seu pai, abandona a lavoura e se emprega na frente de trabalho da estrada de ferro em expansão na região – Cia. Leopoldina – onde trabalha por longos 36 anos, sempre morando em locais diferentes por razões do tipo de trabalho, em companhia da família. A Companhia fornecia moradia para os empregados e sua família; começou trabalhando como peão, depois passou a encarregado e, finalmente, a “feitor da turma”, saindo da moradia de uma casa com solar de dormente para encarregados, para uma moradia denominada “casa da turma” que, nas palavras do sr. Paulo, “percia ser de melhores condições materiais”.

Um dos acontecimentos que marcou a vida do entrevistado quando trabalhava na Leopoldina, se deu na tão conturbada vida política do país, na conjuntura dos anos 1930, conta-nos o sr. Paulo que quando estava trabalhando em uma das estações da ferrovia: “de repente levou um susto ao perceber que a estação estava toda tomada por jagunços de lenço vermelho no pescoço”, protegendo o sr. Getúlio Vargas dos capangas dos fazendeiros de Minas, adversários do sr. Getúlio que “queriam fazer de todos os homens, tanto brancos, quanto negros ou mestiços, voltar à antiga condição do cativo”. Ou seja: eles queriam reescravizá-los, nas palavras do entrevistado, mas: “o sr. Getúlio tomou posse e deu

25 Entrevista realizada em outubro de 1992, em São Gonçalo-RJ. Entrevistador: Robson Luís Machado Martins. Entrevistado: Paulo Vicente Machado, nascido na Fazenda da Presa, no município de Alegre-ES, em 1910.

documento a todos os trabalhadores. Êta homem bom! Político igual a esse o Brasil nunca mais teve.”²⁶

Considerações finais

A “transição para o trabalho livre”, no estado do Espírito Santo, ocorreu em um momento de crescimento de produção de sua monocultura de exportação e sem alterar a estrutura fundiária da sua maior região produtora, o sul, tendo alguns latifúndios até ampliando a extensão de seus domínios. Esse detalhe nos mostra que, apesar de nem todos senhores terem sido bem-sucedidos na tarefa de manterem os ex-escravizados em suas fazendas, isso não implicou que fosse observado o fracionamento ou parcelamento das mesmas e até mesmo a “ruína” da economia da antiga província.

Nas narrativas dos descendentes de libertos, da região sul capixaba, há sempre referência às grandes dimensões das plantações de café como também das unidades produtivas da região. Entretanto, quanto ao tamanho médio das unidades produtivas do estado do Espírito do Santo parece não haver consenso entre as duas representantes da historiografia daquele estado ao analisarem esse tema, no referido período. Para Almada (1993, p. 42), um número significativo de fazendas grandes com (501 a mais de 1.000 ha.) e médias com (201 a 500 ha.) coexistiu, no decorrer da primeira metade do Século XX, com a pequena propriedade no Espírito Santo. O que a autora procurou identificar, por meio dos Censos Agrícolas de 1920 e 1940 para questionar a tese de Saletto (1996) a média de 61 ha. por estabelecimento rural, teria sido registrada pelo Censo de 1920 como “unidades padrão” da propriedade agrícola no Espírito Santo – sem atender às especificidades regionais.

Concluimos deste debate que, uma vez analisados os dados desagregados por região, o tamanho médio das propriedades é variável de acordo com as especi-

26 Entrevista realizada em outubro de 1992, em São Gonçalo-RJ. Entrevistador: Robson Luís Machado Martins. Entrevistado: Paulo Vicente Machado, nascido na Fazenda da Presa, no município de Alegre-ES, em 1910.

ficidades da estrutura fundiária de cada uma delas, ou seja, na região Norte, no Centro ou no Sul do Estado o que torna os argumentos de Vilma Almada mais convincentes. Pois de acordo com a referida autora:

[...] a análise regional, além de focalizar a complexidade do povoamento das frentes cafeeiras do Espírito Santo, identifica a especificidade de sua estrutura fundiária, ao registrar como média de suas fazendas, em 1920, 42 ha. no vale do rio Doce, 77,1 ha. no vale do Itapemirim, e, 107,8 ha. no vale do rio Itabapoana. E conclui que na verdade, deve-se ao dinamismo da chegada de milhares de migrantes - vindos dos Estados limítrofes do Espírito Santo no decorrer da primeira metade do Século XX, estimulados pela política de venda de terras devolutas a preços módicos e em pequenos lotes -, mais do que à divisão das grandes propriedades ou à existência de núcleos coloniais de imigrantes europeus, a nova estrutura fundiária que se implantou no Espírito Santo (Almada, 1993, p. 29-31).

Tal evidência é possível de ser observada por meio dos depoimentos orais dos descendentes de libertos, nas quais, em sua grande maioria, fazem referência às fazendas localizadas, nos vales dos rios Itapemirim e Itabapoana, onde seus pais foram escravizados e continuaram trabalhando, após a abolição definitiva do cativo; o fazendeiro reparte as terras para a realização das tarefas, não necessariamente a posse efetiva para os libertos, e sim, parceiros, meeiros, ou seja, colonos para o trabalho na lida com o café, mantendo a mesma estrutura de grande concentração fundiária desde os tempos do cativo. O que entendemos, de fato, ter representado certos limites relacionados a outros fatores de natureza historicamente estruturais (Almeida, 2019) na constituição da “nação”, para garantia efetiva de melhores condições de vida, de trabalho e de conquistas de recursos materiais por meio da posse efetiva da propriedade da terra, no contexto do pós-emancipação. Recursos esses capazes de serem transmitidos por herança às gerações futuras dos descendentes dos egressos do trabalho forçado, entretanto, não foi o observado.

Referências

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Estudos Sobre Estrutura Agrária e Cafeicultura no Espírito Santo*. Vitória: Spdc/UFES, 1993.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terra de índio: uso comum e conflito. *Cadernos do NAEA*, Belém, n. 10, 1990.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo: EDUSP, 1978.

BRAVO, Carlos Magno Rodrigues. *Nossas Raízes: o Alegre até o ano de 1920, fatos e biografias*. Alegre/ES: Fundação Banco do Brasil/ Prefeitura Municipal de Alegre, 1998.

CAMPOS, Mintaha Alcuri. “Turco pobre, Sírio Remediado, Libanês Rico”: a trajetória do imigrante libanês no Espírito Santo (1910-1940). 1984. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1984.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (Org.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das Cores do Silêncio - os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

COSTA, Carlos Eduardo C. da. *De Pé Calçado: Família, Trabalho e Migração na Baixada Fluminense, RJ. (1888-1940)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias do pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

DEZEMONE, Marcos. *Do Colonato à Reforma Agrária: Colonato, Direito e Conflitos (1872-1987)*. 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

FARIA, Sheila de Castro. *Terra e Trabalho em Campos dos Goitacazes (1850-1920)*. 1986. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1986.

FONER, Eric. *Nada Além da Liberdade: a emancipação e seu legado*, Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1988.

FRAGA FILHO, Walter Fraga. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

FRANCESCHETTO, Cilmar; LAZZARO, Agostino (Org.). *Imigrantes Espírito Santo: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014. (Coleção Canaã v. 19)

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 169-178.

GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). *Políticas da Raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2014.

GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). *Da nitidez e invisibilidade: legados dos pós – emancipação no Brasil*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

GONTIJO, Romilda Mourão. *Parceria e o Café na Zona da Mata Mineira 1850-1906*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1992.

GREMDI, Edoardo. Micro Análise e Storia Sociale, *Quaderni Storici, Oral History: Fra Antropologia e Storia*, Ancona, 35, p. 506-521, magg./ag.1977.

GUIMARÃES, Elione Silva. *Terra de Preto: usos e ocupação da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba mineiro, 1850-1920)*. Niterói: Editora da UFF, 2009. (Coleção Terra, 2).

HALBWCHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice 1990.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A Transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920*. Campinas: Editora da Unicamp; Brasília: CNPq, 1988.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Hucitec, 1979.

MARTINS, Robson Luís Machado. *Os Caminhos da Liberdade: abolicionistas, escravos e senhores na Província do Espírito Santo 1884-1888*. Campinas: Centro de Memória - Unicamp, 2005.

MARTINS, Robson Luís Machado; MATTOS, Hebe Maria. Memórias do Cativo. In: *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, v.1.

MARTINS, Robson Luís Machado. *No Tempo dos Antigos: escravidão, família e liberdade, no sul do Espírito Santo sec. XIX - sec. XX*. 2021. Tese (Doutorado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

MARTINS, Robson Luís Machado; GOMES, Flávio. Migrações ao sul: Memories of Land Work in Brazil's Slaveholding Southeast. In: *The Boundaries of Freedom: Slavery, Abolition, and the Marking of Modern Brazil*. Reino Unido: Cambridge University Press, 2022, 1. ed.

MARX, Anthony W. Construção da raça e o Estado Nação. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 29, mar. 1996.

MENDRAS, Henri Mendras. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

RIOS, Ana Maria Lugão; MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do cativo - Família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RIOS, Ana Maria Lugão. *My mother was a slave, not me! Black peasantry and regional politics in Southeast Brazil*. 2001. Tese (Doutorado em História) – University of Minnesota, Minnesota, nov. 2001.

RIOS, Ana Maria Lugão. *Transição Para o Trabalho Livre e Pequena Propriedade no Espírito Santo 1888-1930*, Vitória: EDUFES, 1996.

RIOS, Ana Maria Lugão. *Trabalhadores Nacionais e Imigrantes no Mercado de Trabalho Livre no Espírito Santo 1888-1930*. 1993. Tese. (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

ROCHA, Haroldo Corrêa (Coord.). *Dinâmica Cafeeira e Constituição de Indústrias no Espírito Santo 1850-1930*. Vitória: NEP/UFES, 1983.

SAILLE, Julie. Grassroots Reconstruction: Agricultural Labour and Collective Action in South Carolina 1860-1868I. *Slavery & Abolition*, v. 12, n. 3, p. 172-182, dec. 1991.

SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. *Os significados do 13 de maio: a abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores da Zona da Mata Sul de Pernambuco (1884-1893)*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SCOTT, Rebecca J. *Emancipação Escrava em Cuba: a transição para o trabalho, 1860- 1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

SILVA, Lucia Helena de Oliveira. *Construindo uma Nova Vida: Migrantes Paulistas Afro-descendentes na Cidade do Rio de Janeiro no Pós-Abolição (1888-1926)*. 2001. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado – História Oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

VANSINA, J. Tradizione orale e storia orale: resultati e prospettive. *Quaderni Storici*, Ancona, n. 35, magg./ag. 1977.

Recebido em: 29 de abril de 2024
Aprovado em: 23 de setembro de 2024